

10 MAI 2003

O retrocesso ético do Senado

Federal

OPINIONÁRIO DE SÃO PAULO

Manifestações de protesto e auto-respeito, como as dos senadores Jefferson Péres e Geraldo Mesquita, que renunciaram às suas vagas no Conselho de Ética, e como a do líder do PT, Tião Viana, que propôs a extinção do órgão e a revogação do Código de Ética que dele deriva, simbolizam o que ainda existe de integridade moral no Senado da República depois da vergonhosa decisão, tomada por 49 votos a 25, com 2 abstenções e 5 ausências, de impedir a abertura de processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães, por quebra de decoro parlamentar, que poderia levar à cassação de seu mandato.

O processo, como se sabe, havia sido requerido na semana passada pelo Conselho de Ética, ao término da sindicância sobre a participação do político baiano no escândalo da escuta telefônica em massa, pela polícia de seu Estado. Ficou provado que o senador, no mínimo, fez uso da transcrição de conversas gravadas ilícitamente, para prejudicar inimigos políticos e – pior que isso – para desforrar-se de desventuras amorosas. Numa reação fulminante, a Mesa do Senado, presidida por José Sarney, o alter ego político de ACM, arquivou o pedido, aplicou ao velho oligarca a insignificante pena de censura públi-

ca e transferiu a questão para o Supremo Tribunal Federal.

Foi contra essa “operação abafa” que o senador Tião Viana apelou aos seus pares – afinal, em vão. O PFL conseguiu salvar a pele de seu mais notório cacique regional ao pedir que a votação do recurso do líder petista fosse secreta, com a óbvia intenção de tornar também impunes, perante a opinião pública, os senadores favoráveis à impunidade política do manda-chuva da Bahia. Mas, sendo impossível esconder os nomes dos que votaram a favor e contra o sigilo, sabe-se quem ofendeu e quem quis preservar a dignidade do Senado. Escreveram o epitáfio da ética parlamentar 47 senadores, em 71 presentes (de um total de 81).

Dos quatro partidos que detêm praticamente 2/3 das cadeiras na Casa – PMDB, PFL, PT e PSDB –, só o PT, por 13 a 1, teve a decência de pedir a votação aberta. Sem surpreender, todos os 16 pefelistas em plenário votaram pelo segredo, entre eles, é claro, o interessado número um, Antonio Carlos Magalhães. No PMDB, o que chamou a atenção foi a posição pelo voto público de 4 senadores (Juvêncio da Fonseca, presidente do Conselho de Ética, Pedro Simon, Ramez Tebet e Sérgio Cabral). Os outros 12 agiram como era de es-

perar. O grande vexame, em todo caso, foi proporcionado pelo PSDB. No partido criado, em nome da ética, pela dissidência antiquercista do PMDB – comandada, entre outros, por André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Mario Covas –, só 2 em 11 senadores presentes (Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra) foram fiéis às origens da legenda.

Com a decisão de Fernando Henrique de se manter distante do dia-a-dia da política desde que deixou o Planalto, à falta de líderes do prestígio de Montoro e Covas, e incapazes de tomar um rumo coerente com o seu passado, diante de um governo que faz o que sempre defenderam, os parlamentares tucanos estão cada vez mais parecidos – na pequenez, nas rivalidades internas e na indiferença pelos valores – com o mesmíssimo PMDB que outrora repudiaram. Sem falar na monumental deslealdade ao ex-presidente e ainda a sua figura exponencial, que consistiu em ajudar a preservar o mandato do político que, nos anos recentes, recorreu a toda sorte de perfídias para atormentar o seu governo – e ele próprio, pessoalmente.

O pacto espúrio firmado pelo PFL, PMDB e PSDB em defesa do indefensável – as façanhas do mesmo coronel que, não faz muito, precisou renunciar para não ser cassado – mostra que o Senado brasileiro caiu nas mãos do que há de mais anacrônico e viciado em matéria de costumes políticos. É impossível exagerar a gravidade desse retrocesso. Afinal, desde a cassação de Fernando Collor, o Poder Legislativo vinha acumulando avanços sucessivos na luta pela ética. Como

gostam de dizer os políticos, o Congresso “cortou na própria carne” ao punir parlamentares indignos do mandato. Câmara e Senado aprenderam também a se autopolicar no plano institucional – com os seus respectivos conselhos de ética. Resta esperar que a Câmara não se deixe contaminar pelo vergonhoso exemplo do Senado – e que, nele, a minoria íntegra não dê descanso aos que voltam as costas à moralidade pública.

Quanto ao PSDB só podemos desejar que os novos líderes que estão surgindo nos Estados, como os governadores de São Paulo e de Minas Gerais, consigam reabilitá-lo.

A Câmara não pode seguir o vergonhoso caminho trilhado pelo Senado